

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

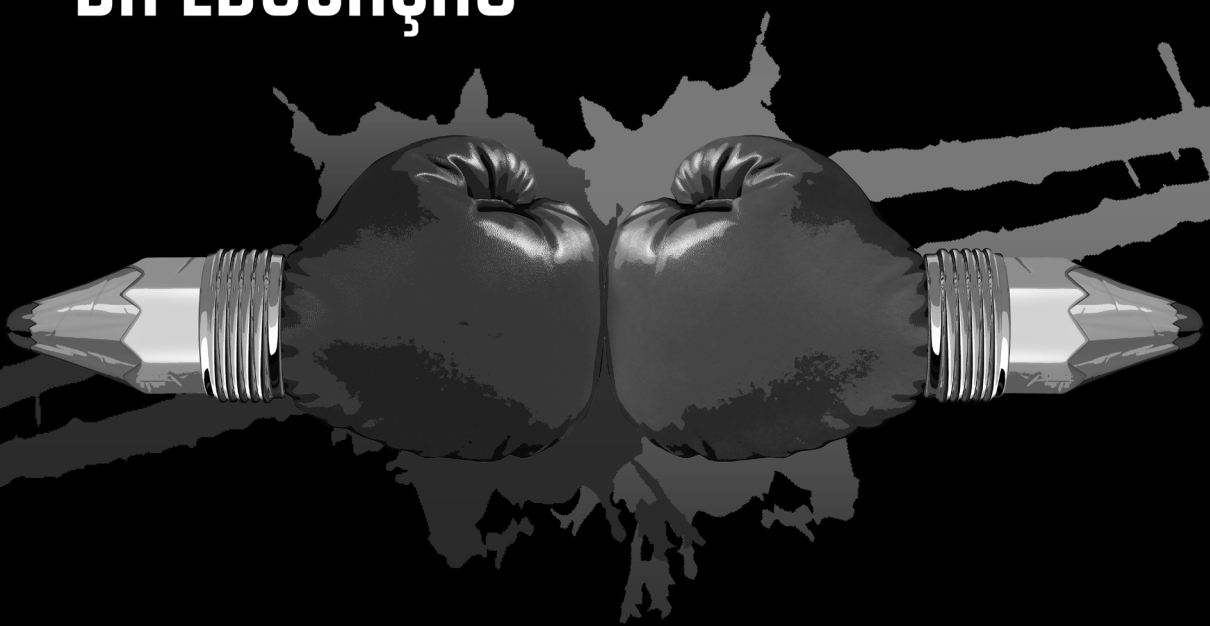


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE 2**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-933-2

DOI 10.22533/at.ed.332212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “***O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA A REFLEXÃO DO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

André Randazzo Ortega

Joana D’Arc Germano Hollerbach

Cecília Carmanini de Mello

DOI 10.22533/at.ed.3322125031

CAPÍTULO 2..... 9

AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICA DE COTAS NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR: DO OLHAR TEÓRICO À OPINIÃO PÚBLICA

Amanda da Silva Barata

Bianca Marinho de Souza

Joaquina Ianca dos Santos Miranda

Ariana Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.3322125032

CAPÍTULO 3..... 20

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS SOCIAIS PARA ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Francieli Marchesan

Oséias Santos de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3322125033

CAPÍTULO 4..... 37

A SÍNDROME DE BURNOUT COMO EXEMPLO DO ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, NOS ÚLTIMOS ANOS

Maralice Maschio

Mariza Weber

DOI 10.22533/at.ed.3322125034

CAPÍTULO 5..... 53

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO SOBRE OS SUJEITOS DA EJA NOS GOVERNOS FHC (1995-2003) E LULA (2003-2011)

Eduardo Jorges Pugliesi

DOI 10.22533/at.ed.3322125035

CAPÍTULO 6..... 66

ITINERÁRIO FORMATIVO INTERDISCIPLINAR: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Jinlova de Oliveira Pantaleão

DOI 10.22533/at.ed.3322125036

CAPÍTULO 7..... 74

DIRETORES ESCOLARES E O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS

EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Eveline Andrade Ferreira

Karla Karine Nascimento Fabel Evangelista

Sônia Lerche Vieira

DOI 10.22533/at.ed.3322125037

CAPÍTULO 8..... 79

RECORTE DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE REPRODUTIVA REALIZADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Beatriz Caroline Conceição do Nascimento

Dayane Cristina Zanqueta Azevedo

Fabiana Schaffer

Simone Acrani

DOI 10.22533/at.ed.3322125038

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Wliana Ferreira

José Geraldo Basante

DOI 10.22533/at.ed.3322125039

CAPÍTULO 10..... 94

A NECESSIDADE DE AÇÕES EDUCATIVAS COMPROMISSADAS COM SOLIDEZ DA HUMANIZAÇÃO: A FILOSOFIA, ÉTICA, ARTE E POLÍTICA COMO FUNDAÇÕES DO EDUCANDO

Antonio Carlos Barbosa da Silva

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250310

CAPÍTULO 11..... 108

MÃOS E IMAGINÁRIOS QUE COSTURAM A HISTÓRIA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

Adelmo Teotônio da Silva

Divane Oliveira de Moura Silva

Marcia Pereira Gomes Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250311

CAPÍTULO 12..... 121

ONDE ESTÁ A MEMÓRIA? O AUDIOVISUAL E A CONSTRUÇÃO DOCUMENTAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DE COELHO NETO (MA)

Leide Ana Oliveira Caldas

DOI 10.22533/at.ed.33221250312

CAPÍTULO 13..... 129

O SOROBAN COMO INSTRUMENTO PARA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Marco Antônio Serra Viegas

André Machado Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.33221250313

CAPÍTULO 14..... 135

O DEFICIENTE VISUAL NA FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CLEVELÂNDIA/PR: USOS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Kelly dos Santos Siqueira

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.33221250314

CAPÍTULO 15..... 151

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE IPORÁ – GOIÁS

Juliana do Nascimento Farias

Vanderlei Balbino da Costa

DOI 10.22533/at.ed.33221250315

CAPÍTULO 16..... 168

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS: CORPOREIDADE, LÚDICO E LETRAMENTO NA PRÁTICA DOCENTE DO ESTÁGIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Bárbara Regina Gonçalves Vaz

Silvana Maria Aranda

DOI 10.22533/at.ed.33221250316

CAPÍTULO 17..... 177

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A SUA APROPRIAÇÃO FRENTE AO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO E DO PROFESSOR

Luciana Lacerda de Castro

DOI 10.22533/at.ed.33221250317

CAPÍTULO 18..... 192

A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: ALUNAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E SUAS EXPERIÊNCIAS

Cláudio Roberto Brocanelli

DOI 10.22533/at.ed.33221250318

CAPÍTULO 19..... 205

O OLHAR DO EGRESSO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - CAMPUS QUIRINÓPOLIS, 2003-2008

Joana Corrêa Goulart

Sebastião de Souza Lemes

DOI 10.22533/at.ed.33221250319

CAPÍTULO 20..... 217

IMPLEMENTAÇÃO DE ATUAÇÕES EDUCATIVAS DE ÊXITO (AEE'S) EM CINCO ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES-PA

Kelly Lene Lopes Calderaro Euclides

Francilene Sodré da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250320

CAPÍTULO 21..... 221

UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INTEGRAL DE ACORDO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO BRASIL

Gabriela Carradas

Kênia Kemp

DOI 10.22533/at.ed.33221250321

CAPÍTULO 22..... 233

JOGOS DE INTERPRETAÇÃO NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO VALOREM

Rebeca Sasso Laureano

DOI 10.22533/at.ed.33221250322

CAPÍTULO 23..... 243

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM CURSOS TÉCNICOS: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Ana Cláudia Carelle

Sami Eduardo José Schinasi

DOI 10.22533/at.ed.33221250323

CAPÍTULO 24..... 248

DISCUSSÃO SOBRE O USO DE JOGOS MODERNOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Vinicius Tivo Soares

DOI 10.22533/at.ed.33221250324

CAPÍTULO 25..... 256

MEDIAÇÃO CULTURAL: REFLEXÕES ACERCA DO MUSEU DE ARTE DE BLUMENAU

João Henrique Leoni

Carla Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.33221250325

SOBRE O ORGANIZADOR..... 269

ÍNDICE REMISSIVO..... 270

CAPÍTULO 5

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO SOBRE OS SUJEITOS DA EJA NOS GOVERNOS FHC (1995-2003) E LULA (2003-2011)

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 11/01/2021

Eduardo Jorge Pugliesi

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa, PB, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/9035402257561577>

RESUMO: Este estudo é de natureza teórica e possui como objetivo analisar o Discurso Político-Pedagógico sobre a EJA ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) de acordo com a perspectiva foucaultiana. Usar os pressupostos da Análise Arqueológica do Discurso para escavar os textos relacionados ao estudo e assim apresentar os resultados da análise de acordo com o que está posto, conforme é encontrado nas escavações. Os enunciados são as fontes de sentido dos textos, que estão presentes no reino da linguagem o quais são investigados ao longo deste trabalho de pesquisa até ser encontrado. E, assim possam ser explicitados pelas relações dos signos como uma função da existência da língua. A análise realizada com as ferramentas adequadas a essa abordagem revela a importância que os pressupostos teóricos e analíticos têm para a compreensão correta dos significantes presentes nos textos sobre a EJA ao longo dos governos FHC e Lula.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Arqueológica do Discurso (AAD). Educação de Jovens e Adultos (EJA). FHC. Lula.

THE ARCHAEOLOGICAL ANALYSIS OF THE DISCOURSE ON THE SUBJECTS OF EJA IN THE GOVERNMENTIS FHC (1995-2003) AND LULA (2003-2011)

ABSTRACT: This study is theoretical in nature and aims to analyze the Political-Pedagogical Discourse on EJA throughout the governments Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) and Luiz Tnácio Lula da Silva (2003-2011) according to the Foucault perspective. Use the assumptions of the Archaeological Discourse Analysis to excavate the texts related to the study and thus present the results of the analysis according ti what is set, as foun in the excavations. The statements are the sources of meaning of the texts, which are presente in the realm of language which are investigated throughout this research work until it is found. And, so they can bem ade explicit by the relations of the signs as a function of the existence of the language. The analysis carried out with the appropriate tools for this approach reveals the importance that the theoretical and analytical assumptions have for the correct understanding of the signifiers presente in the texts on EJA throughout the FHC and Lula governments.

KEYWORDS: Archaeological Discourse Analysis (AAD). Youth and Adult Education (EJA). FHC. Lula.

INTRODUÇÃO

O interesse deste artigo é escavar os terrenos discursivos sobre a EJA delimitados ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-

2011). E, assim por meio dos achados problematizar de forma crítica os conteúdos político-pedagógicos (CARLOS, 2010). Sendo assim, a hipótese alçada baseia-se em afirmar que, nesses discursos sobre a EJA, há uma série de enunciados político-pedagógico distintos no seu tempo.

Em 19 de outubro de 1957, aos 65 anos, o professor universitário Gordon Childe finalizou suas escavações. Ele nos legou muitos conhecimentos provenientes de seus achados. Sendo dúvida alguma foi um dos arqueólogos mais bem-sucedidos da contemporaneidade. Ainda ouço o nome dele reverberando em minha mente ao longo das aulas de Pré-História ministradas na Unicap/PE pelo Prof. Dr. Luiz Manoel à turma de História 2007.1.

O Prof. Luiz Manoel explicava a importância do professor Gordon Childe para o entendimento atual das civilizações antigas de tempos imemoriais.

Sempre me perguntava o que fez do Dr. Childe esse eminente arqueólogo que tanto o meu professor frisava nas aulas. Compreendi as teorias da Pré-História, as divisões dos tempos com relativa tranquilidade, os acontecimentos que fizeram com que os agrupamentos humanos passassem pelas grandes transformações culturais. Mas, o que fez o Dr. Childe tão importante em seu tempo? Que sua pesquisa cruzou as barreiras do tempo e todos que vão estudar os temas históricos da Pré-História bebem de seu conhecimento produzido através de suas escavações.

Um arqueólogo tem como condição *sine qua non* para seu ofício escavar terrenos à procura de artefatos que possam ser estudados. O arqueólogo inicia a sua ação por meio da prospecção do terreno que pode ser de várias formas, que não vem ao caso aqui explicitar as múltiplas formas. Ficarei apenas no ponto da prospecção que sendo exitosa tornará aquele lugar um sítio histórico devido aos achados naquele local. A partir de agora esse terreno que está repleto de achados será dividido em quadriculas – uma forma de organizar os achados mapeando onde eles estão para que a pesquisa possa ser desenvolvida no presente e no futuro por novos arqueólogos que poderão fazer novas pesquisas e assim terem a possibilidade de releituras dos mesmos achados. O que será de grande importância para poder explorar esses achados são tanto as ferramentas adequadas quanto a expertise do seu manuseio, pois d’outra sorte os achados poderão ser prejudicados.

Esse é um momento ímpar no ofício do arqueólogo, pois ele poderá se debruçar sobre seus achados que serão investigados, analisados e esmiuçados até que possa falar o que suas pesquisas apontam.

Os achados precisam ser retirados do solo para uma investigação mais minuciosa. Serão feitas análises de vários matizes para que haja uma visão mais acurada do achado.

O Dr. Childe se tornou notório na arqueologia devido as suas leituras sobre os achados no sítio de Skara Brae, no norte da Europa. É dele as expressões: Revolução Neolítica e Revolução Urbana. Todos os pesquisadores e estudantes bebem das fontes das pesquisas que foram desenvolvidas nas suas escavações. Há várias releituras sobre seus

achados, mas nenhuma conseguiu até o presente momento construir um objeto discursivo tal qual ele desenvolveu através das pesquisas sobre os achados arqueológicos de seu tempo. É o próprio discurso que fazem os objetos aparecerem, tornando-os nominável e discutível (FOUCAULT, 2015, p. 54). Destarte, não foram os achados que construíram as novas bases da Pré-História, mas o discurso em si que fez surgir esses novos objetos que a comunidade arqueológica tem como fato e parte sempre deles, no sentido de negação ou confirmação. Mas, os mesmos objetos estão lá, erigidos pelo discurso que foi construído ao longo dos anos de pesquisa no sítio supracitado que o Dr. Childe desenvolveu suas escavações. Esse é o momento em que a pesquisa seguira várias ordens. Cada uma produzirá o seu próprio objeto (FOUCAULT, 2015, p. 52). O discurso que será efetivado pela instância de delimitação (FOUCAULT, 2015, p. 53).

DISCUSSÃO TEÓRICA

O Reino da Linguagem

O Reino da linguagem é o ambiente de superfície que visivelmente as relações discursivas são construídas e compartilhadas, mas é apenas um ambiente de superfície. O pesquisador da AAD precisa escavar esse terreno da linguagem em buscas dos artefatos que estão escondidos por várias camadas abaixo da superfície, mas o mesmo necessita das ferramentas específicas para empreender tal ação. Não basta apenas querer escavar, é necessário adentrar no *modus* de pensar arqueológico para poder executar essa imersão no sítio arqueológico.

O pesquisador da AAD escava em busca dos artefatos enunciativo para poder analisá-los e assim dizer o que sua pesquisa descobriu sobre seus achados. E, nesse campo de exercício da função enunciativa ela faz aparecer unidades diversas (FOUCAULT, 2015, p. 122).

A Linguagem é a superfície do terreno, é o que está visível, é o local dos indícios da escavação, é onde os trabalhos terão o seu início. Em si, temos duas posições sobre a linguagem: uma é o modo de ser da própria natureza, a outra é uma convenção estabelecida pelos seres humanos com o fim de se comunicarem uns com os outros.

O Reino da Linguagem exerce o seu domínio sobre todas as relações discursivas. Todos devem usá-los como suporte e ferramenta para suas análises, mesmo sendo a camada de superfície da AAD ela tem seu grau de importância por ser a partir dela que há o início das escavações em busca dos achados que se encontram nas camadas mais profundas que será necessário adentrar no solo e escava muito, utilizando sempre as ferramentas necessária para tal ação.

O Signo é o Ser da Linguagem

O ser da linguagem é constituído por signos (CARLOS, 2017). Segundo a formação

tricotômica: significante – onde encontramos as marcas gráficas (escrita), som (fala), formas, texturas, dimensões e configurações visuais (imagem); significado – consiste nas ideias; referência – aquilo sobre que se diz algo: “a linguagem é o murmúrio de tudo que é pronunciado” (FOUCAULT, 2015, p. 140): É nessa superfície que transitam as informações necessária para o saber compartilhado que assevera:

A linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, o enunciado; como tal se apoia em uma descrição que não é transcendental, nem antropológica. A análise enunciativa não prescreve para as análises linguísticas ou lógicas o limite a partir do qual elas deveriam renunciar e reconhecer sua importância; ela não marca a linha que fecha seu domínio; mas se desenrola em outra direção que as cruza. A possibilidade de uma análise enunciativa, se for estabelecida, deve permitir erguer o suporte. (FOUCAULT, 2015, p. 128)

O signo é algo que pomos no lugar de uma coisa que representa algo que não é ele mesmo, mas outro. Em suma, é tudo que nos remete a alguma coisa, a que recorremos para representar, lembrar, referir-se e anunciar algo. Por exemplo: uma fotografia, não é a pessoa, mas faz lembrar dela; uma música, que quando toca faz o ouvinte lembrar de um local, de uma pessoa, de um acontecimento etc. Assim, qualquer coisa é possível de se tornar um signo. Há a possibilidade de algo não ser aquilo a que se refere, mas de lembrá-la e isso faz dela um signo. Essa perspectiva do signo é de imprescindível importância para que a linguagem seja significativa, pois no Reino da Linguagem, o ambiente da superfície da pesquisa arqueológica há uma confusão com o sinal, que pertence a ordem das coisas, do mundo, da realidade – por isso, a presença de uma coisa pode indicar a existência de outra. Desta forma, interpretar “os sinais” faz parte da ordem da vida é de suma importância para a relação com a realidade. Tanto os animais quanto os homens fazem uso de interpretações de sinais em seus habitats naturais. Estes quando veem fumaça logo sabem que há fogo e aqueles quando sentem o cheiro sabem da mesma forma. Nas áreas urbanas são criadas formas de interpretação dos sinais para que todos possam conviver na realidade. Por exemplo: os semáforos, que por meio de cores específicas os motoristas sabem quando é o momento de seguir ou parar. Isso é uma relação da ordem da vida. Assim, o sinal seria parte integrante da estrutura da vida.

Como o signo faz o indivíduo lembrar de algo ou se referir a algo? – Essa lembrança na verdade é apenas uma representação, mas não é o que representa, pois não possui as características do representado. Por exemplo: a imagem de uma cordilheira verdejante com neve no cume, essa imagem não é de fato a cordilheira, não nos proporciona a temperatura ou aromas do local, mas nos faz imaginar e pensar nesse local. Destarte, o signo no faz lembrar de algo que existe na ordem do mundo (da natureza, da vida e da cultura), pois pode ser comunicado e reconhecido individualmente e intersubjetivamente.

O sinal é diferente, pois a noção de referência não exige relação direta com o objeto, uma vez que o mesmo pode ser lembrado.

O signo é formado por uma relação tricotômica: o significante (a inscrição específica), o significado (a ideia determinada) e a referência (a representação de algo em particular de forma arbitrária ou convencional). O signo nos faz lembrar de algo de três formas: indicialmente (nexo existência); iconicamente (imagem visual); simbolicamente (algo com significado). Por exemplo: uma música que foi tocada em um casamento depois de muito anos o casal ouve novamente esta música, a partir desse momento a audição dela faz referência em particular aquele momento. Um detalhe importante nesse processo de constituição do signo que vale a pena salientar: é preciso haver anteriormente um saber comum compartilhado entre e sobre eles (significado e significante). Portanto, se não houver esse saber compartilhado entre eles não há relação significativa. Por analogia, um triângulo equilátero tem ângulos e lados iguais, mas se o mesmo não possuir uma dessas características ele perde sua definição e fica impossibilitado de ser o que se propõe a ser; assim é o signo, sem um de seus elementos da relação tricotômica (significado, significante e referência) não temos um artefato cultural do signo. Desta forma, podemos afirmar que o discurso-enunciado só existe mediante a existência do signo.

O Enunciado para Foucault

Uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis (FOUCAULT, 2015, p. 33), de acordo com o mapeamento feito o termo enunciado aparece em Arqueologia do Saber 527 o que denota a importância do mesmo na formação dos campos dos acontecimentos discursivos.

O enunciado é uma regra aplicada verticalmente (FOUCAULT, 2015) como podemos ver nessa analogia: assim como o arqueólogo escava seu sítio arqueológico em busca de artefatos, o analista da AAD escava a linguagem (superfície do terreno) em busca do discurso (camada mais profunda do terreno da linguagem) chegando ao enunciado (objeto procurado da AAD). Assim como o arqueólogo para executar suas ações de escavação necessita ter a posse de ferramentas adequadas, o analista da AAD necessita da noção de discurso, pois o discurso é uma série de enunciados – que seria a mesma coisa que conceber o enunciado como uma função, esse ponto iremos tratar mais à frente.

Os enunciados circulam nos textos, nas falas, nos livros, entre autores e campos de saberes:

Pondo em jogo o enunciado frente a frase ou à proposição, não se tenta reencontrar uma totalidade perdida, nem ressuscitar, conforme convidam muitas nostalgias que não querem se calar, a plenitude da expressão viva, a riqueza do verbo, a unidade profunda do logos. A análise dos enunciados corresponde a um nível específico de descrição. (FOUCAULT, 2015, p. 132):

A análise do campo discursivo é orientada de forma completamente diferente. É uma forma de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa

e de estabelecer suas correlações com outros enunciados. Destarte, o enunciado terá sua singularidade de acontecimento restituída quando houver a supressão sistemática das unidades (Psicologia, História, Política etc.) inteiramente aceita. Ele será sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar (FOUCAULT, 2015, p. 34).

Os enunciados são relações explícitas colocadas e ditas pelo próprio discurso, mas é preciso escolher um domínio: sua estrutura formal, suas leis de construção, regras de aparecimento e sua existência (FOUCAULT, 2015, p. 36).

Há em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma a sua maneira, o tema da continuidade. Elas, sem dúvida não tem uma estrutura conceitual bastante rigorosa: mas sua função é precisa – tradição, influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade e espírito de uma época, livro, obra, autor, temas da origem e do já-dito (FOUCAULT, 2015, p. 25).

A suspensão do tema da continuidade permite-nos vislumbrar uma dispersão de acontecimentos discursivos. Cabe ao analista restituir-lhes a unidade evidenciando uma regularidade entre os mesmos.

Não há como conceber o discurso como conjunto de enunciados dispersos que falam do mesmo objeto. Exemplo: A História da Loucura. Foucault mostrou com o objeto específico da História da Loucura varia com o tempo (FOUCAULT, 2015, p. 38). Recebe tratamento diferente com o tempo e, ele é um objeto diferente. A unidade do discurso sobre a loucura não tem a ver com o mesmo objeto tratado de diferentes maneiras ao longo do tempo, mas tem a ver sim com as regras que permitem a emergência de diferentes objetos para esse discurso ao longo do tempo (FOUCAULT, 2015, p. 39).

Somos orientados ao longo da carreira acadêmica a construir algo, a dar àquele algo nossa interpretação teórica que mais nos identificamos e muitas das vezes fazemos uma análise conjuntural; mas na AAD o pesquisador fala apenas sobre o que está posto, e o que está posto é possível ser encontrado nos artefatos enunciativos. Sendo assim, só podemos chamar de discurso um conjunto de enunciado que se apoiem na mesma formação discursiva.

Segundo Foucault, o enunciado é uma função de existência que exerce verticalmente, que atravessa a série de signos que compõem aquilo que chamamos de frases, proposições, discursos etc. (FOUCAULT, 2015, p. 40).

Dentro dessa perspectiva foucaultiana do discurso o enunciado é uma função que apresenta quatro características essenciais: primeiro, posição do sujeito (lugar vazio); segundo, noção referencial; materialidade (modos de uso); e por último, campo associado. Sem uma dessas características o enunciado não se constitui dentro dessa perspectiva supracitada. O enunciado será sempre variável, pois as relações sempre estão se alterando à medida que os entes se relacionam. Irei tomar um abraço como exemplo de uma relação enunciativa. Não existe apenas uma forma de abraço. Ele depende de

uma série de relações para que o que ele quer dizer seja dito e entendido pelos que estão fazendo parte da relação. Compreendendo melhor essa analogia: um abraço num funeral tem um discurso de dor, empatia, conforto etc., que é perfeitamente compreendido pelos entes da relação (as pessoas que se abraçaram); um homem e uma mulher que se desejam, quando seus corpos se juntam num abraço ambos compreendem o discurso que está sendo produzido nessa ação. Por isso, uma coisa não tem relação em si mesma; ela é uma relação com outra coisa ou outras coisas. Assim é o enunciado dentro da perspectiva da AAD (FOUCAULT, 2015)

A Função para Foucault

Uma definição clássica para este ente é a função que determina uma relação entre os elementos de dois conjuntos. Podemos defini-la utilizando uma lei de formação, em que, para cada valor de 'x', temos um valor $f(x)$. Chamamos 'x' de domínio e $f(x)$ ou 'y' de imagem da função.

De acordo com o mapeamento do livro Arqueologia do Saber de Foucault a palavra função apareceu 56 vezes e na maioria das vezes denotando uma relação com outro elemento. Podemos ver isso no campo hospitalar por exemplo: “Não permaneceu imutável, uma vez que, pelo discurso clínico, foi relacionado ao laboratório, sua ordenação, o status que é atribuído ao médico, a função de sua observação, o nível de análise que aí se pode efetuar viu-se necessariamente modificados” (FOUCAULT, 2015, p. 83).

Como se Foucault tivesse sacado essa ideia que existia a relação que ela pode se conectar livremente com outras relações, a relação de relação. Então a função, veja bem, que a função não é mais uma função do signo, é o signo funcionando como relação e uma relação particular. Não é uma relação fixa. Porque a ideia de função está atrelada a ideia de variação. Então, há uma variação.

As unidades diversas da anúnciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito – quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese (FOUCAULT, 2015, p. 84). Sendo assim, essa forma de materialidade será repetível o que caracterizará a função enunciativa fazendo aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. (FOUCAULT, 2015, p. 118).

AS QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE O OPERADOR DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO (AAD)

O operador da pesquisa segundo AAD é comparável a um arqueólogo que desenvolve o seu trabalho na escavação do solo e à medida que cava avança sobre as camadas do solo até chegar nos artefatos que estavam escondidos por várias camadas de

terra que as escondiam (ALCANTARA, 2016).

Quando um operador da AAD – o analista, escava o terreno de sua pesquisa – o discurso, ele encontra seus achados e à medida que os encontra ele opera a separação e identificação do que se achou; isso sem empreender uma interpretação do que poderia ser esse achado, o analista da AAD é um arqueólogo e como tal ele depois que encontra os fragmentos procura identificá-los, montar as partes para se chegar mais perto do todo. Assim como o arqueólogo desenvolve seu ofício em um sítio arqueológico o analista da AAD desenvolverá suas atividades no terreno da linguagem que pode ser escrita (textual), falada (oral) ou imagética (visual).

Enfim, é definido um terreno onde o mesmo será escavado camada por camada até chegar aos artefatos que ficaram encobertos por muito tempo por camadas e mais camada de entulhos. Assim, como o arqueólogo define o sítio arqueológico que será escavado devido a vários indícios, o analista da AAD define o discurso a partir de uma série de vestígios que surge ao longo de sua pesquisa nas escavações.

A pertinência político-pedagógica do estudo dessa problemática constitui-se à princípio na importância que a EJA tem para a história da educação brasileira, como um exercício da democracia proporcionando um alcance ao saber escolar. É de suma importância voltarmos ao prenunciado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De forma específica o que consta no artigo 205, como o primórdio para o entendimento da EJA como modalidade da Educação Básica na sociedade contemporânea. A compreensão desse marco legal da EJA é que norteará as futuras políticas públicas educacionais dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. Sendo assim, a Constituição brasileira de 1988 assegura o acesso à escola a todos e, nessa perspectiva, mesmo àqueles que, por muitos fatores em seus cursos de vida, tiveram a trajetória escolar interrompida ou que não puderam, por inúmeros fatores, permanecer na escola na idade regular pressuposta no sistema de ensino.

Tomarei como itens a serem pesquisados os três pressupostos elencados no artigo 205 – o pleno desenvolvimento da pessoa; seu preparo para o exercício da cidadania; e sua qualificação para o mundo do trabalho. Partindo da compreensão de que a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) foi um importante marco na história dos direitos sociais no Brasil como Estado Democrático de Direito que veio a corroborar com o supracitado no artigo 205. Então, considerar o pleno desenvolvimento da pessoa é dotá-la de valor ao ponto que a mesma perceba que o seu pertencimento sociocultural se desenvolve juntamente com os preceitos escolares articulados com seus anseios e vivências.

Os registros e análises históricas sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cenário da educação brasileira possibilitam deduzir que ela tem sido conduzida, durante décadas, sob uma visão compensatória, utilitarista, emergencial e descontínua, construída, sob a predominância de políticas frágeis do ponto de vista institucional, e

aligeiradas, da perspectiva de qualidade do processo educacional (VENTURA, 2011). Assim, é materializada sob a forma de campanhas, movimentos, programas ou projetos, marcados, de forma geral, por uma formação aligeirada, de baixo custo, relacionada a processos de alfabetização e capacitação de mão de obra, desvinculados da Educação Básica, e fundamentados em perspectivas consoantes com as necessidades e demandas imediatas do sistema produtivo. A partir da edição da LDB (BRASIL, 1996), a EJA passa a ser alçada como uma modalidade da Educação Básica, o que mudará completamente sua concepção no âmbito educacional. A aprovação da nova LDB “é um ponto-chave na chamada reconfiguração do campo” (MACHADO, 2009, p. 20). Pois, a partir desse momento é conferido um lugar de destaque que pressupõe e reafirma o direito de jovens e adultos à escolaridade, responsabilizando o Estado pela sua falta de oferta. Por consequência, o Estado assume a responsabilidade pela garantia de que a negação do direito à educação de jovens e adultos não se perpetue. Portanto, a partir desse marco legal – LDB (BRASIL, 1996) e operacional da política me debruçarei em busca dos achados discursivos que se apresentarão durante os governos FHC e Lula suas propostas políticas governamentais para a implementação da EJA no Brasil.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A Análise Arqueológica do Discurso (AAD) na perspectiva foucaultiana não procura interpretar ideias, ideais, pensamentos, expressões, representações, personificações, imagens ou temas. Não é uma procura pelo que estar velado ou explícito nos discursos. A AAD procura estabelecer os seus próprios discursos, conforme práticas que seguem a regras, tais como uma sequência de signos na forma de enunciados, o que lhes concede a permissão de atribuir modalidades particulares de existência, ou, mesmo assim, como um conjunto de enunciados que se sustentam num equivalente sistema de formação (FOUCAULT, 2015, p. 124). Não é o fato de estudar as unidades nem as estruturas. Por exemplo: as palavras (livros, textos e frases); nem procurar por sentidos (pensamentos e vontades veladas, algo virtuoso ou profano, verdades escondidas); nem por asserção (argumentos, valores, alegações, normas, teorias e teses); nem por verbalizações (alegações, expectativas, interpelações, convites e ameaças). São os enunciados que constituem o discurso, que por meio de uma seriação de signos coloca para funcionar um determinado discurso. Destarte, a AAD presente neste pequeno artigo está relacionada a uma função, isto é, um tipo de relação que se dá entre um signo com outro signo: “À determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma instância. Essa instância se caracteriza, de início pela função que deve exercer o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas” (FOUCAULT, 2015, p. 75).

O Ser da Linguagem é o signo, algo que pomos no lugar de outra coisa que representa algo que não é ele mesmo, mas outro. Sendo assim, o signo é tudo que nos

remete a alguma coisa, a que recorreremos para representar, lembrar, referir-se ou anunciar algo. Nesta perspectiva, qualquer coisa é possível de se tornar um signo. Há a possibilidade de algo não ser aquilo a que se refere, mas de lembrá-la, desta feita faz dele um signo, que sempre nos faz lembrar de algo que existe na ordem do mundo: da natureza; da vida; da cultura – que pode ser comunicado e reconhecido individualmente e intersubjetivamente.

O Ser do Discurso é o enunciado. E, Foucault assevera isso conforme esta citação do próprio autor: “não há um saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2015). Com esta informação supracitada por Foucault podemos asseverar que o Discurso passa a ser tanto objeto do conhecimento como alvo da análise. Assim, O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história (FOUCAULT, 2015, p. 146).

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO (AAD)

O governo FHC caracterizou-se como um marco de contradição, visto que alçou a EJA a modalidade de ensino da Educação Básica em 1996, mas ao mesmo tempo indeferiu a soma das matrículas de EJA no cômputo total, o que prejudicava o fluxo das verbas previstas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) – Lei nº. 9424/96. Nesse mesmo governo, houve a edição Emenda Constitucional nº 14/96 que suspendia o comprometimento constitucional relativo ao enfrentamento do analfabetismo dos cidadãos brasileiros e aumento da oferta de vagas no ensino médio. A atenção desse governo ficou restrita a políticas públicas voltadas quase que exclusivamente ao ensino fundamental, deixando as demais modalidades da Educação Básica relegadas as políticas assistencialistas.

O governo Lula executou mudanças significativas na política educacional do país. Podemos destacar em 2004 – a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD); em 2007 – a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – Lei nº 11.494/07, que substituiu o Fundef. A partir desse momento, foram incluídas na dotação orçamentárias as matrículas da EJA. Esse foi um ganho político que proporcionou a criação de uma agenda pedagógica em todo o país desde então.

A EJA como modalidade da Educação Básica entrou da Ordem do Dia dos debates não só no campo das experiências, práticas e reflexões no âmbito da escolarização de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e a Declaração de Hamburgo (1997), como também abarca vários outros processos, como qualificação profissional, desenvolvimento comunitário, formações política, econômica e ética, enfim, tudo o que for necessário para uma formação completa do cidadão (BRASIL, 1996).

Considerando-se que o objeto dessa pesquisa é a investigação sobre o discurso político-pedagógico presente nos governos FHC e Lula. Desta forma, “a Educação reflete a estrutura de Poder” (FREIRE, 1987, p. 35). É identificado indícios empíricos relativos ao objeto dessa investigação. No primeiro momento, a pesquisa está com um embasamento primário em três documentos: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96, que, com este ato legislativo definiu-se um entendimento de que a educação para jovens e adultos, buscará o pleno desenvolvimento da pessoa, conforme destacado no presente artigo 4º, 37 e 38. No artigo 4º da LDB fica claro a reconfiguração do campo da EJA através de sua designação como modalidade de Educação Básica, inteiramente gratuita, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, respeitando as necessidades e disponibilidades dos jovens e adultos. 2. Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) – Lei nº. 9424/96, através dessa lei houve um fomento a novas matrículas, pois elas eram levadas em conta no aumento da verba que seria repassada aos governos, mas a prioridade desse governo (FHC) era o Ensino Fundamental; as outras modalidades, principalmente a EJA foram relegadas por essa lei, o que causou inúmeros problemas a manutenção de turmas da EJA durante o período de vigência da mesma. 3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – Lei nº 11.494/07, que proporcionou uma redistribuição das verbas as várias modalidades da Educação Básica, a EJA passou a ter o número das matrículas contabilizada e, por conseguinte passou a receber as verbas devidas melhorando as condições de desenvolvimento das ações necessárias a essa modalidade.

Esses documentos supracitados, no segundo momento desta pesquisa, serão lidos de forma sistemática com o objetivo de realizar um mapeamento de caráter documental visando identificar nos documentos: regularidades e dispersões. Além de, identificar também: textos, passagens, expressões, noções, ideias ou palavras-chave relacionados ao discurso sobre a EJA nos governos FHC e Lula. Em seguida, no terceiro momento, como é próprio AAD, de acordo com os indícios que foram encontrados, a partir das leituras realizadas nos documentos iniciais, tendo em vista a problematização dos discursos sobre a EJA esse será um instante em que o terreno da linguagem será escavado à procura de artefatos discursivos: elementos da própria natureza ou o ser da linguagem, o par significante-significado, série de signos marcados pelo par sentido-contexto, até chegar ao conjunto de artefatos enunciativos. “A configuração do campo enunciativo compreende também, formas de coexistência. Estas delineiam, inicialmente, um campo de presença – isto é, todos os enunciados já formulados em outra parte” (FOUCAULT, 2015, p. 63).

Com base nas leituras, mapeamento e escavações esse será o instante de analisar os domínios que constituem o discurso investigado. Será o instante de transitar pelos campos dos saberes que formam as contingências, que inferem materialidade condições enunciativas de existência do discurso sobre a EJA nos governos FHC e Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou uma parte do Discurso Político-Pedagógico sobre a EJA produzido ao longo dos governos FHC e Lula sob a premissa da teoria Arqueológica de Foucault (2015). Que afirma: “o discurso é produzido por quem tem o poder para assim o fazer”. Uma vez que, quem produz os discursos são as instâncias de delimitação (instituição regulamentada reconhecida pela opinião pública, justiça e administração como de competência). Ela produz o discurso educacional (conjunto de relações determinadas com uma finalidade) e assim geram os objetos discursivos (é o próprio discurso que faz aparecer os seus objetos, tornando-os nomináveis e descritíveis). Em suma, o discurso foi produzido pelos “atos da fala” dos governos FHC e Lula, que neste caso usou as leis para comunicar-se. Como consta em artigo: “as coisas ditas, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo.” (FISCHER, 2001) E, isso vai reverberando para várias áreas dentro dos entes do Estado produzindo e se reproduzindo a partir da relação que vai sendo tecida por meios das formações discursivas. Nessa forma de pesquisa, não haverá interpretações das intenções ou do que não foi dito; apenas uma descrição arqueológica sobre aquilo que está posto no discurso (textual, oral ou visual). Essa abordagem permite ao pesquisador buscar no enunciado o significado do que está sendo apresentado por seu objeto de pesquisa. Diante de tal exposto, não negamos o fato que o discurso também é produzido por aqueles que não tem o poder, pois o sujeito produz o discurso da sua posição de fala, mas como nesse artigo analiso o Discurso Político-Pedagógico nos governos FHC e Lula são as falas oficiais por meio das materialidades produzidas dentro do tempo e espaço desses entes oficiais que foram levados em conta na análise da regularidades e dispersões.

A Análise Arqueológica do Discurso é uma função com efeito vertical, pois a mesma sai da superfície, do reino da linguagem e começa a sua viagem de escavação seguindo os signos indo à procura do enunciado, pois no momento que o encontrar na investigação finalmente chegou a camada mais profunda da escavação – está na ordem discursiva. O local da regularidade do discurso.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Marcos Angilus Miranda de. **A Análise Arqueológica do Discurso na produção do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro (GEPEJA)**. Revista Discurso & Imagem Visual em Educação – RDIVE, v. 1, p. 60-81, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rdive/article/view/32121>>. Acesso em: 15. Jan. 2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CARLOS, Erenildo João. **Achados sobre a noção arqueológica do discurso em Foucault**. Revista Dialectus, v. 11, p. 176-191, 2017. Disponível em:

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa., São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAMBURGO. **Declaração de Hamburgo** sobre Educação de Adultos. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos: V CONFINTEA, Alemanha: Julho, 1997.

LEI 11.494 - Regulamenta o **FUNDEB**, altera a Lei nº 10.195 e dá outras providências. 2007.

LEI 9.424/1996 (Lei ordinária) 24/12/1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - **FUNDEF**, na forma prevista no Art. 60, par. 7º, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências.

LEI 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

MACHADO, M. M. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em Aberto, Brasília, v.22, n.82, p. 17-39, nov., 2009.

VENTURA, J. **A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores**. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (orgs). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, 276p., pp. 57-97.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Adoecimento 37, 38, 40, 45, 47, 50, 51

Adolescentes 79, 81, 82, 86, 88, 185, 186, 217, 258, 268

Análise arqueológica do discurso (AAD) 53, 59, 61, 62

Aprendizagem dialógica 217, 218

Aprendizagem inventiva 233, 237, 241

Argumentos contrários e favoráveis 20, 21

Arte-educação 233, 242, 268

Audiovisual 87, 121, 122, 123, 124, 125, 237

Autoestima 39, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 170, 172, 215

Avaliação 10, 25, 44, 73, 81, 196, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 239, 243, 244, 245, 246, 247, 265

B

BNCC 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 241

C

Comunidades de aprendizagem 217, 219, 220

Consciência de si 192, 202

Contraposição de interesses 20, 21, 24, 33

Corporeidade 168, 172, 174

Costura 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118

Cotas sociais 16, 20, 21, 22, 33, 34

D

Deficiente visual 135, 137, 138, 149

Direito à educação 16, 61, 74, 77, 78, 165, 201

Dirigentes escolares 74, 77

E

Educação 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 107, 109, 118, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134,

135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 179, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 268, 269

Educação de jovens e adultos (EJA) 53, 60, 198

Educação de surdos 151, 164

Educação especial 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149

Educação integral 221, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Educação para sexualidade 79

Educação superior 9, 10, 12, 15, 18, 28, 30, 36, 85, 142, 151, 152, 153, 160, 164, 165, 209, 246

Egresso 205, 206, 207, 210, 212, 213, 214

EJA 53, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201

Empreendedorismo feminino 108

Ensino-aprendizagem 70, 85, 88, 91, 121, 122, 123, 124, 128, 139, 142, 151, 177, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 214, 236

Ensino médio 1, 2, 23, 28, 29, 62, 63, 75, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 122, 124, 143, 217, 264

Ensino remoto emergencial 88, 89, 90

Ensino superior 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 27, 28, 30, 35, 86, 135, 137, 140, 142, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 164, 196, 207, 269

F

Feira popular 108, 110

Ferramentas digitais 88, 89, 91, 93

FHC 53, 61, 62, 63, 64

Formação do professor 66, 69, 188

Formação inicial 68, 70, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 211, 212, 215

Freire 2, 8, 63, 65, 131, 133, 134, 153, 192, 193, 194, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 204

G

Game design 233, 234, 242

Gamificação 129

H

História e cinema 121, 124, 128

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 96

Inclusão 20, 129, 135, 137, 141, 142, 145, 161

Inclusão educacional 20, 22, 163

InclusãoInclusão 3, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 130, 132, 133, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 178, 191, 198, 199, 200

Interpretação simultânea português/libras/português 151

Intérprete educacional 151, 152, 153, 157, 160, 164, 167

J

Jogos de interpretação 233, 234, 235, 236, 241

L

Letramento 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 269

Lúdico 168, 169, 172, 173, 174, 234, 235

Lula 53, 61, 62, 63, 64

M

Mediação cultural 256, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268

Memória 110, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 185, 199

Múltiplas linguagens 168, 169, 172

Museu 36, 117, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 265, 266, 267, 268

N

Necessidades formativas 66

P

Política de cotas 9, 10, 13, 15, 16, 20, 27, 28, 33

Políticas educativas 74, 75, 76, 77, 78

Práticas interdisciplinares 66, 68, 69, 71

Professor 1, 3, 20, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 49, 51, 54, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 84, 85, 86, 92, 93, 96, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 141, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 174, 175, 177, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 200, 221, 237, 239, 240, 241, 244, 248, 249, 251, 252, 254, 269

Profissional da educação 37, 38, 43, 44, 46, 49, 207

Q

Quilombolas 12, 16, 121, 122, 124, 125, 127, 128

R

Reflexão 1, 2, 5, 18, 38, 66, 73, 76, 84, 85, 103, 104, 105, 106, 123, 128, 131, 134, 145, 173, 186, 192, 193, 194, 202, 207, 231, 256, 266

Relações de gênero 108, 110, 118

S

Sala de aula 2, 3, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 68, 69, 71, 75, 122, 123, 124, 128, 130, 132, 133, 138, 141, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 177, 178, 184, 187, 189, 191, 193, 195, 196, 197, 200, 234, 248, 250, 252, 254

Sexo 23, 26, 79, 80, 82, 83, 84, 210

Sexualidade 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Síndrome de burnout 37, 41, 42, 44, 50, 51, 52

Soroban 129, 130, 131, 132, 133, 134, 143, 144

T

Tecnologia 90, 92, 110, 148, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186

Teoria do imaginário 108, 118

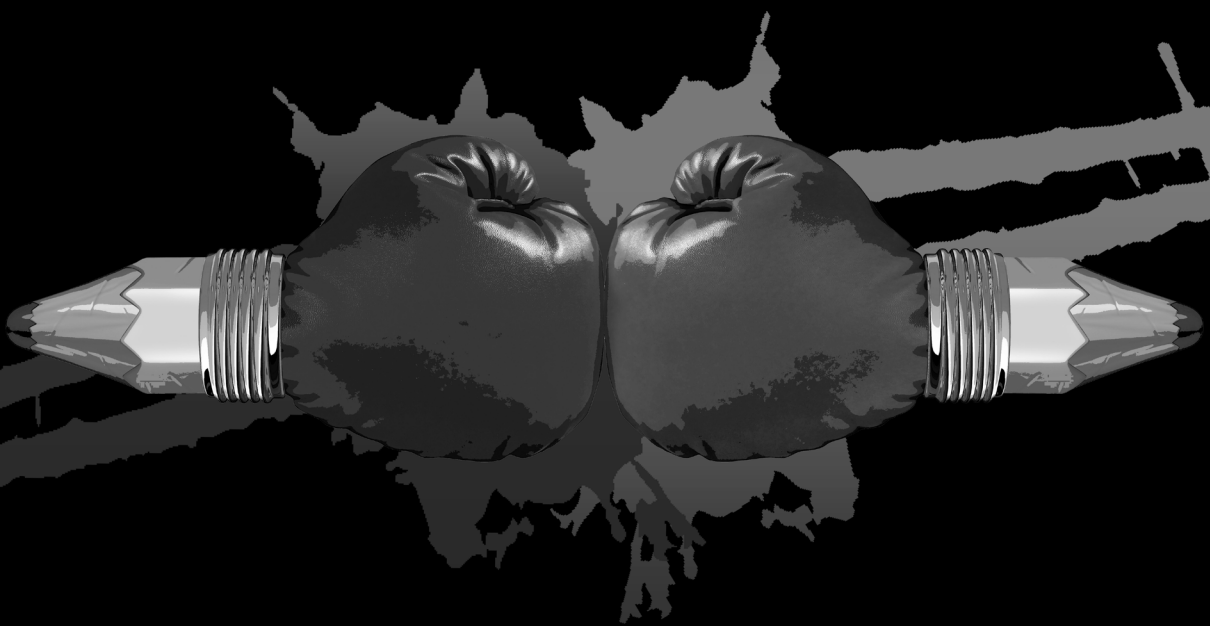
Transdisciplinaridade 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Tratamento psicológico 37

U

Universidade 1, 9, 10, 13, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 51, 53, 66, 74, 79, 85, 86, 87, 108, 119, 120, 121, 129, 135, 151, 156, 158, 168, 177, 192, 193, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 208, 214, 215, 216, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 247, 248, 253, 255, 256, 258, 266, 267, 269

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

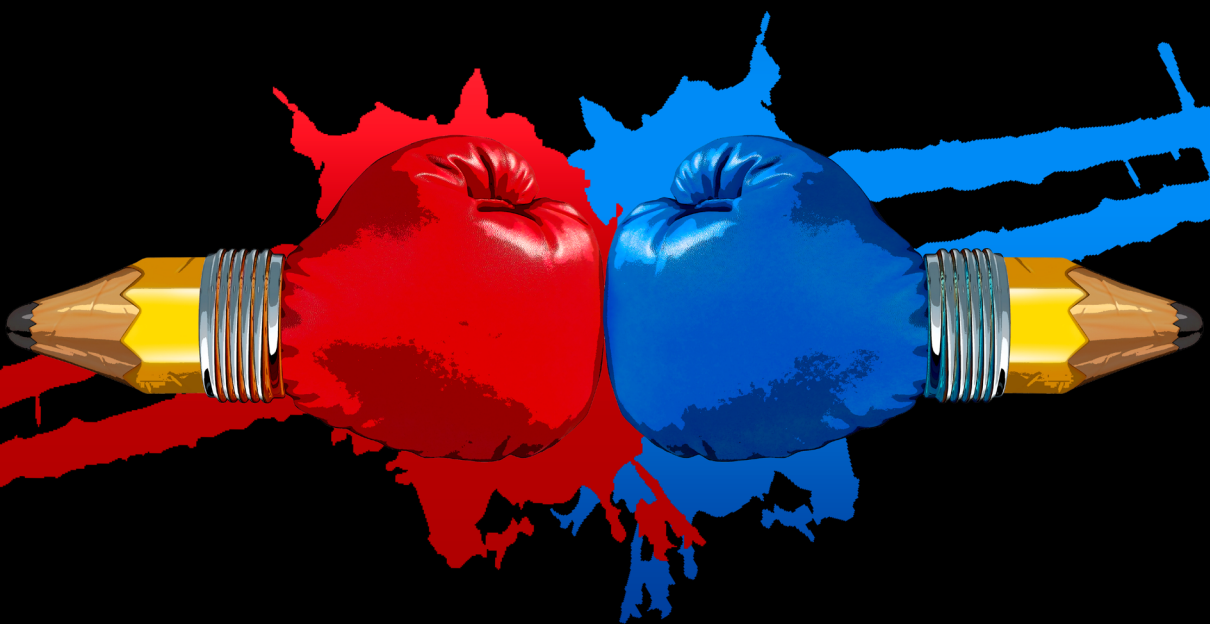
📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021